Ano XXIV nº 52 - Janeiro e Fevereiro de 2016



Lições de Fabíola

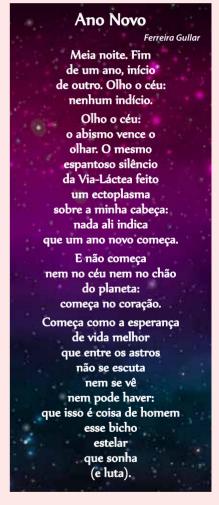
O emblemático episódio viral tem muito a nos ensinar sobre violência e responsabilidades na internet. O jornal Mulher em Movimento se solidariza com a bancária Fabíola, de Contagem-MG, vítima de violação da intimidade.

cada dia multiplicam-se os casos de violências virtuais. No espaço da internet também se reproduz a agressividade sexista que atinge principalmente as mulheres. Os ataques envolvem calúnia, difamação, injúrias e – muitas vezes -, expõem a intimidade e a individualidade, violando flagrantemente os direitos civis.

Gradualmente, a sociedade vem criando mecanismos legais para coibir esses crimes cibernéticos. O tema, inclusive, foi abordado em audiência pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, do Congresso Nacional, requerida pela deputada Alice Portugal, realizada em dezembro, na Assembleia Legislativa da Bahia.

Na audiência, o promotor Fabrício Patury, coordenador do Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público da Bahia (Nucciber), afirmou que os crimes cibernéticos aumentaram 500%, em menos de três anos, destacando que a maioria deles atinge a mulher. "A violência contra a mulher é crônica. Vivemos numa sociedade tecnológica e temos que entender que o crime vai junto com essa sociedade virtual. A violência contra as mulheres abraça três vertentes: física, psicológica e cibernética".

Patury citou algumas iniciativas legislativas, em tramitação no Congresso, que podem modificar este quadro, ele recomenda que as pessoas procurem acompanhar mais de perto iniciativas como o Projeto de Lei (PL) 6630/13, que trata da "pornografia de revanche", o PL 5555/2013 – "Lei Maria da Penha virtual", e o PL 1589/2015 sobre crimes contra a honra na Internet.





Crimes na internet

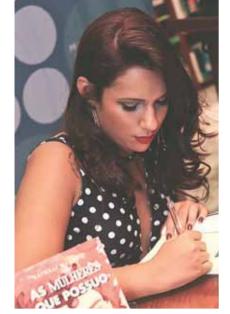
Página 2

Encontro Interestadual

Página 3

Prêmio Alice Bottas

Página 4



Nathalí Macedo Autora do livro "As Mulheres que Possuo", feminista, poetisa e editora do portal Ingênua.

caso da mineira que traiu o marido com seu melhor amigo deveria ser só mais um adultério a ser tratado entre quatro paredes, no mais íntimo da vida conjugal do casal, mas acabou viralizado na internet quando o marido traído filmou a cena e espalhou o vídeo nas redes sociais.

Na filmagem, ele – que flagrou a esposa saindo do motel com seu melhor amigo – agride a esposa enquanto outro amigo filma a cena e incita a briga.

O que choca na situação não é a desnecessária publicidade de uma questão íntima: isso na internet transformou-se em uma praxe mais natural do que deveria. As pessoas deturpam a finalidade das redes sociais quando

Ponto de vista



O que podemos aprender sobre traição e violência no caso Fabíola

expõem-se desnecessariamente nas mais esdrúxulas situações.

O que me deixou realmente estupefata na mais nova bizarrice das redes sociais é a naturalidade com que um homem, em pleno século XXI – quando as discussões sobre violência contra a mulher estão a todo o vapor – publiciza uma agressão física na rede sem nenhum tipo de represália.

O enfoque da viralização do vídeo não é a agressão pública – física e verbal – sofrida pela mulher, exposta e agredida em plena rede – mas a condenação moral pela traição – que, embora reprovável, não diz respeito a ninguém mais além dos envolvidos. A agressão, ao contrário, é recebida como natural, uma reação justa e proporcional ao adultério.

As pessoas estão tão preocupadas em julgar a vida íntima alheia que não se dão conta do quão absurdo é agredir uma mulher e levar isso a público, sem medo das consequências.

Acaso um homem fosse flagrado saindo de um motel com a melhor amiga de sua esposa, este seria apenas mais um dia comum na internet. A indignação, caso houvesse, certamente se concentraria na amiga que "deu em cima de um homem comprometido", ou na esposa omissa que foi traída porque "não dá conta de segurar um homem" – jamais na figura do pobre homem adúltero. Afinal, a carne é fraca e os 'instintos masculinos' justificam a traição.

Quando uma mulher é flagrada traindo seu marido, por outro lado, a moralidade seletiva impera de tal forma que até mesmo a violência física escancarada nas redes sociais é ignorada diante do 'absurdo' do adultério.

As pessoas respeitam a vida íntima do outro quando ouvem um vizinho agredindo sua esposa (não vou chamar a polícia, eles que se resolvam!), quando assistem a um relacionamento abusivo (só ela pode se livrar do marido opressor!) – mas quando presenciam o 'erro' de uma mulher, esquecem-se da sagrada intimidade conjugal e julgam-na nas redes sociais.

Este é o retrato da hipocrisia moderna: a vida sexual do outro indigna, a violência não. O que esperamos de uma sociedade tão moralista é que empenhe toda esta retidão para meter a colher nos relacionamentos agressivos e opressores, mas a moralidade do patriarcado só se aplica à mulher.

Vingança na internet é crime

Advogados consultados sobre o episódio avaliam que o marido de Fabíola pode ser acionado na Justiça pelos crimes de injúria, violação de intimidade e dano ao patrimônio privado. O cinegrafista do episódio também pode responder criminalmente pelas agressões físicas e verbais cometidas contra Fabíola. As imagens só poderiam ser exibidas na Justiça. O artigo 140 do Código Penal define como crime de injúria torná-las públicas.

O marido pode ser punido com quatro anos de prisão e multa de até R\$ 37.000,00. O uso da internet agrava a pena em 1/3. O dano a patrimônio privado (aparelho celular de Fabíola e veículo do ex-cunhado) pode render a ele mais quatro

anos de reclusão e pagamento de indenização.

Cabe ainda ação de indenizatória pelos danos à imagem de Fabíola, que pode ser arbitrada em pelo menos R\$100 mil.



Encontro Interestadual da Mulher Bancária será em março

o próximo mês de março a Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe vai realizar o Encontro Interestadual da Mulher Bancária. Será um momento especial, para discutir vários temas que atingem a mulher, como a violência, assédio moral no local de trabalho e as estatísticas de participação feminina nos diversos setores dentro dos bancos.

Já está confirmada a presença da deputada federal Alice Portugal (PCdoB), autora do projeto de lei que proíbe a revista íntima de mulheres nos locais de trabalho.

Fique atenta à divulgação. Em breve será definida a data do encontro.



Ativismo da mulher é fundamental para a sociedade

Como vivem as mulheres no país mais igualitário do mundo

ssa ilha no topo do Atlântico Norte é considerada, há cinco anos consecutivos, o melhor país do mundo para as mulheres segundo o ranking anual do Fórum Econômico Mundial. É o local com a menor disparidade entre homens e mulheres em relação ao acesso a educação e

saúde, nível de remuneração e à atuação na vida política.

Residente na Islândia há quase seis meses, procurei ver como isso se traduz na prática. De início pensei que aqui é praticamente igual a ser mulher no Brasil e outros países em que já vivi – todos ocidentais – mas ao me aprofundar no questionamento, alguns aspectos saltaram aos olhos, a começar por um tema tido como um dos mais femininos: a maternidade.

Na Islândia, parte-se da premissa de que mãe e pai têm os mesmos direitos. Ganha-se uma licença de nove meses ao todo, três meses para a mãe, três meses para o pai e outros três que podem ser usados e divididos pela mãe e pelo pai do modo que o casal quiser.

Essa regra além de dar valor igual a mães e pais traz a vantagem de que as mulheres deixam de ser preteridas por causa da maternidade. Caso uma empresa considere um risco contratar uma mulher, o homem apresenta o mesmo "risco", ainda mais porque o pai que não usufrui de sua licença é



visto pela sociedade como irresponsável

A criação dos filhos é dividida igualmente, assim como o trabalho doméstico. Homens limpam, cozinham, passam roupa. Isso é normal e não motivo para elogios.

Também não há qualquer estigma ou preconceito em relação às mães solteiras ou às que tem filhos de pais diferentes. Talvez por isso, as islandesas escolhem virar mães cedo, em média aos 25 anos. Parte disso também é o sistema de apoio fornecido. Além da licença paternidade, a maior do mundo, o serviço de creches e escolas são acessíveis e subsidiados pelo governo.

As mulheres sabem que podem se educar e ter uma carreira bem sucedida, mesmo com filhos. E os números confirmam: 88% das mulheres em idade economicamente ativa trabalham, a mais alta taxa de participação feminina no mercado de trabalho do mundo.

O fato de a maternidade não se opor ao trabalho ou ao estudo muda

toda a vida das mulheres. Elas não se sentem obrigadas a se encaixar no esquema escola-trabalho-casamento-filhos, o que abre inúmeras portas. Assim, a taxa de fertilidade na Islândia é uma das mais altas da Europa, com uma média de dois filhos por mulher.

O único aspecto que deixa a desejar é faz com que as islandesas digam

que o país ainda não atingiu "a verdadeira igualdade" é a disparidade salarial. Em média, os homens ganham 10% a mais do que as mulheres.

Mesmo assim, para quem tem os olhos acostumados a outras realidades, o poder do movimento feminista da Islândia é espantoso. Metade do gabinete é ocupado por mulheres, além de 43% das cadeiras no Parlamento.

O país teve a primeira mulher chefe de Estado eleita democraticamente no mundo (que era mãe solteira), e conta também com o feito de ter tido a primeira mulher primeira-ministra assumidamente gay do mundo.

São portas que se abrem quando o país tenta alcançar a igualdade ao valorizar as diferenças. A Islândia é um lugar onde as mulheres não precisam ser como os homens para conseguirem estar em pé de igualdade. Aqui, elas podem ser mulheres do jeito que desejarem ser.

Texto: Beatriz Portugal jornalista freelance.

Aborto pede novo olhar

Graça Gomes

Ao longo da história, a mulher sempre sofreu processos de exclusão e até banimento em situações pontuais. Recentemente, entretanto, o Direito vem jogando uma luz brilhante nesse mundo tão desigual. Um dos focos marcantes dessa abordagem é na questão do aborto.

Juízes renomados vem tentando trazer à tona discussão. Parlamentares de vanguarda, com engajamento na luta da mulher, também tratam o tema com a seriedade que merece, mas os resultados ainda são pequenos.

Em meio a discussões sobre o avanço e empoderamento das mulheres, lamentavelmente, alguns congressistas tentam retirar direitos e não querem discutir a questão do aborto.

Muitas jovens, principalmente as de periferia, perdem suas vidas em função de uma legislação ultrapassada. Muitas sequer participam da discussão sobre questão tão fundamental em suas vidas.

Enquanto isso, o dinheiro compra o aborto em clínicas particulares sem nenhum constrangimento.

Sabemos que o assunto envolve religião e uma gama de valores culturais, porém, muitas vidas estão se perdendo sem direito a um atendimento digno.

Não se pode defender o aborto pelo aborto, mas é preciso ponderar os vários motivos, como é o caso do estupro. A sociedade tem que se mobilizar e exigir mudanças na atual legislação.

Está na hora de um novo e mais brilhante olhar sobre a questão!

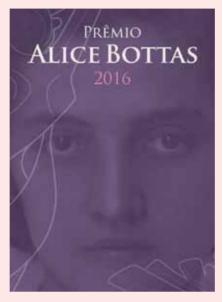
Graça Gomes é diretora do SBBA



Vem aí a segunda edição do Prêmio Alice Bottas

A primeira edição, em março de 2015, fez sucesso entre as ações do Sindicato dos Bancários no mês da mulher. Para a segunda edição, já estão sendo aceitas sugestões de mulheres a serem homenageadas. Os nomes podem ser enviados para email oitomulheres@hotmail.com.

Prêmio nasceu para dar visibilidade à primeira mulher na diretoria do Sindicato, a fun-



cionária do Banco Francês-Italiano, Alice Bottas que, aos 24 anos, integrou o Conselho Fiscal da gestão de 1934, quando o fundador da entidade, Mutti de Carvalho, era presidente.

Pioneira da luta feminista, Alice nasceu no dia 27 de outubro de 1909. Seu exemplo inspirou a criação do Departamento Feminino do Sindicato, posteriormente Departamento para Assuntos da Mulher e, hoje, Departamento de Gênero, abarcando questões da saúde do homem, a emancipação da mulher e a luta contra a homofobia.

Durante todo o mês de março, diversas atividades homenageiam as mulheres, entre elas a Roda de Conversa, exibição de filmes e atividades nas agências. As ações envolvem homens e mulheres no debate sobre o feminismo emancipacionista.

Palavra de Mulher

Bonecas para os meninos

Lisa Vietra

Na infância eu achava que ia ter seis filhos. Até que comecei a me questionar se queria mesmo ser mãe, ou se era um plano que o mundo esperava (determinava) que eu tivesse. Quantas vezes uma mulher ouve que a sua plenitude está na maternidade?

Um dia desses eu li uma matéria que dizia que a Islândia é considerado o lugar com menor disparidade entre homens e mulheres do mundo. (Ver matéria na pág. 3)

Se eu tivesse nascido na Islândia, onde esse papo de "natureza feminina e natureza masculina" parece que não cola muito, talvez eu tivesse certeza de qual é, de verdade, o meu desejo em relação a ter ou não ter filhos.

Uma vez "confessando" para um ex-namorado que não queria ser mãe, eu disse que só teria um filho se encontrasse um pai que fosse tão mãe quanto eu. Não é óbvio que mulheres e homens devem vivenciar, na mesma medida, as alegrias e os dissabores, os cansaços e os louvores, de lidar com uma pessoa que se trouxe para este mundo?

Se eu tivesse nascido na Islândia, ao olhar para o que pretendo fazer com a minha vida, eu saberia que, se



decidisse por ser mãe, minha dose de malabarismos com o tempo seria menos custosa; que a sociedade à minha volta não me valorizaria tanto mais eu estivesse disposta a me sacrificar; que os termos maternidade e carreira profissional não seriam jogadas na minha cara como (até hoje!) uma dicotomia rodeada de culpa; e que eu não deveria me sentir uma abençoada se eu tivesse um companheiro com consciência suficiente para se dispor a "me ajudar".

Quanto o patriarcado e a misoginia ainda moldam as nossas decisões na vida?

Não tenho uma resposta, mas arrisco uma solução a médio prazo: **deem bonecas também para os meninos**.

Lisa Vietra é atriz, arte-educadora, professora de teatro e contadora de histórias.

O Jornal Mulher em Movimento é uma publicação do Sindicato dos Bancários da Bahia, editado sob a responsabilidade do Departamento de Gênero. Presidente: Augusto Vasconcelos. Diretora de Gênero: Alda Valéria. Diretor de Imprensa: Adelmo Andrade. Endereço: Avenida Sete de Setembro, 1.001, Mercês, Salvador-Bahia. CEP 40.060-000. Fone: 71 3329.2333. Fax: 71 3329.2309. Site: www.bancariosbahia.org.br. Email: oitomulheres@hotmail.com. Jornalista: Ney Sá (MTE 1164 - BA). Projeto gráfico: Danilo Lima. Diagramação: Renata duArte. Edição fechada em 19.01.2016. Tiragem: 5 mil exemplares. Impressão: Gráfica Muttigraf. Distribuição gratuita.